

Poder pastoral, disciplina e biopolítica: gênero e sexualidade em Aspectos da Vida Cidadã

*Power ministry, discipline and biopolitics:
gender and sexuality in Aspects of Citizen Life*

Vilma Nonato de Brício

Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Pará. Professora no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Belém, PA – Brasil
briciovn@gmail.com

Flávia Cristina Silveira Lemos

Doutora em História, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filhos. Professora do curso de Psicologia e Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, PA – Brasil.
flaviacslemos@gmail.com

Josenilda Mauês

Professora na Universidade Federal do Pará, no curso de Educação. Belém, PA – Brasil.
jomaues@ufpa.br

Resumo: Neste artigo analisamos a constituição de gênero e sexualidade a partir da articulação entre o poder pastoral, a disciplina e a biopolítica, acionadas pela religião, pelo Estado e pela educação no componente curricular Aspectos da Vida Cidadã (AVC) que faz parte do desenho curricular da “Escola em Regime de Convênio de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier”. O “Colégio São Francisco Xavier” (CSFX), como é mais conhecido, é um estabelecimento de ensino do município de Abaetetuba (PA) que funciona em regime de convênio entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e a Diocese de Abaetetuba. A análise se pautou em enunciados de documentos levantados e recortados de um conjunto heterogêneo de elementos curriculares atravessados por injunções de diferentes campos de saberes e relações de poder, os quais nos permitiram rastrear séries discursivas e diferentes formas de normalização dos sujeitos por meio do objeto gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Currículo. Saber. Poder. Gênero. Sexualidade.

Abstract: This paper analyzes the constitution of gender and sexuality from the relationship between ministry power, discipline and biopolitics driven by religion, by the state and education in the curriculum component Aspects of Citizen Life (AVC) which is part of the curriculum design “St. Francisco Xavier School of Primary and Middle Education”. The “College of St. Francisco Xavier” (CSFX), as it is known, is an educational institution in the city of Abaetetuba (PA) that works in partnership between the Education Department of Pará State (SEDUC) and the Diocese of Abaetetuba. The analysis was based on statements of documents raised and cut into an heterogeneous set of curricular elements traversed by injunctions of different fields of knowledge and power relations, which tracks the discursive series and different ways of standardizing the subject through the object and gender sexuality.

Keywords: Curriculum. Knowledge. Power. Gender. Sexuality.

Percursos iniciais

O *corpus* de análise desta pesquisa foi composto por vários documentos: um documento principal formado por entrevistas com a equipe de gestão escolar, a equipe técnica (uma supervisora educacional, uma orientadora educacional e uma coordenadora pedagógica) e as docentes ministrantes do componente curricular e os documentos institucionais do CSFX: o regimento escolar do Colégio São Francisco Xavier, o projeto político-pedagógico, o código de ética e conduta do Colégio, o relato de experiência de um projeto sobre gênero e sexualidade realizado no Colégio.

Neste artigo, ampliamos a análise sobre a constituição de gênero e sexualidade atravessado pelo exercício do poder pastoral, articulado à disciplina e à biopolítica, utilizando recortes de enunciados dos documentos apontados acima. Para operar essa análise, tangenciamos a problematização do poder pastoral, da disciplina e da biopolítica em Foucault (suas características, finalidade, origem, modos de exercício) com os modos pelos quais esses tipos de poder se articulam como técnicas de invenção de subjetividades de gênero e sexualidade.

Deste modo, problematizaremos a ideia de “modelo”, proposta pelo poder pastoral, por meio do controle de gênero e sexualidade forjada no CSFX, particularmente, nas técnicas existentes que atravessam o poder pastoral, a disciplina e a biopolítica no componente curricular Aspectos da Vida Cidadã (AVC). Apropriamo-nos na contemporaneidade do poder pastoral, ainda que transformado, permanece presente, pois, o poder e a racionalidade pastoral conservam-se de algum modo no poder e na lógica do Estado moderno, assim como nossa subjetividade presente guardam marcas das técnicas disciplinares e sua lógica, surgidas a partir de um modelo cristão e monástico (FOUCAULT, 1995).

Breve incursão sobre a problematização do poder pastoral, da disciplina e da biopolítica em Foucault

Na analítica foucaultiana não podemos pensar as relações de poder em termos de “substituição” de um tipo de poder por outro, pois estes (pastoral, soberano, disciplinar, biopolítico), ao serem problematizados por Foucault, podem ser pensados como “incorporação” ou “acoplamento”. Algumas pesquisas têm apontado, a partir da analítica de poder foucaultiana, que a escola, os alunos e os docentes põem em funcionamento esses diferentes tipos de poder, coexistindo, afastando-se ou se conectando em muitos espaços, tempos.

Podemos afirmar que os alunos são alvos dessas tecnologias de poder de governo pastoral de suas vidas, individualizadas como as disciplinares e totalizadas como as biopolíticas, nas práticas escolares. O governo das condutas dos indivíduos é anexado a uma nova economia de poder, o poder disciplinar que utiliza instrumentos simples para exercitar o domínio sobre o corpo, por meio de um processo de individualização. Trata-se do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame, que efetua uma vigilância e disciplina minuciosa dos corpos dos estudantes, os docilizando e submetendo politicamente. Já, a biopolítica modula a vida do estudante como segmento da população, em categorias epidemiológicas, em dados probabilísticos, em divisões grupais por sexualidade, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religião, faixa etária, classe social, moradia, acessos aos direitos etc.

As modulações do poder pastoral, disciplina e biopolítica nas tramas de gênero e sexualidade no componente curricular Aspectos da Vida Cidadã

O componente curricular do ensino fundamental Aspectos da Vida Cidadã tem adquirido centralidade nas escolas diocesanas do município de Abaetetuba, entre elas o CSFX, no qual ela é apresentada no PPP como o grande diferencial do colégio. As condições de emergência do componente curricular AVC são marcadas por práticas que se caracterizam pela definição dos propósitos educativos do CSFX que se enuncia como uma instituição *inovadora* em relação à educação ofertada por outras instituições educativas. O componente curricular AVC constituiu sua possibilidade de concretização por ser atravessado por discursos que tentam materializar o lema do colégio “Fé e Ciência”, uma síntese de sua missão formar em princípio cristãos e éticos.

O componente curricular *Aspectos da Vida Cidadã* (AVC) tornou-se um dos espaços legitimados na escola para tratar das questões socioculturais, entre elas gênero e sexualidade. Tendo ainda essa ênfase ratificada no documento composto pelos discursos das docentes de AVC, da equipe de gestão e coordenação pedagógica, definimos, como objetivo da pesquisa, analisar os discursos sobre gênero e sexualidade produzidos no âmbito do componente curricular Aspectos da Vida Cidadã (AVC), do Colégio São Francisco Xavier.

Alguns enunciados sobre gênero e sexualidade rastreados nos documentos do CSFX remetem recorrentemente ao cuidado com o corpo, com a vida, sua preservação, sua saúde, sua integridade, a partir da noção de uma consciência sobre

o mesmo. Tais enunciados instituem relações de poder moduladas entre o poder pastoral, a disciplina e a biopolítica, constituindo a razão das práticas de governo legitimadas no nosso tempo, pois estas dão visibilidade às relações de saber e poder que os entrecortam.

Segundo Deleuze (2005, p. 48), “Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo. Todo saber vai de um visível e um enunciável, e inversamente”.

Os enunciados e as relações que os discursos sobre gênero e sexualidade acima põem em funcionamento são entrecortados por outros discursos como o pedagógico-crítico e o discurso religioso, articulando uma forma escolar e religiosa de governo, pois identificamos nesses enunciados uma combinação de diferentes tipos de poder: poder pastoral, poder disciplinar, biopolítica.

A reverberação nesses enunciados da formação discursiva pedagógico-crítica tem se intensificado a partir do exercício de tecnologias de governo na escola, que visam controlar as condutas individuais e coletivas, sobretudo utilizando palavras de ordem correspondente ao processo de formação empreendida pelas sociedades (neo)liberais que visam formar sujeitos críticos, autônomos, livres. Os discursos pedagógicos e críticos, no Brasil se apresentam como oposição às práticas e teorias ditas tradicionais exercendo um poder que se justifica pela luta de moralização e normalização das condutas dos indivíduos e das populações visando à transformação social.

Nos documentos referentes a gênero e sexualidade, a formação discursiva pedagógica e crítica é enunciada a partir de imperativos prescritivos, exortações, conselhos sobre como administrar e cuidar do próprio corpo, como se prevenir de doenças e da gravidez. Esse controle das condutas em relação a gênero e sexualidade é matizado pela ideia assumida pelas pedagogias críticas de que a educação deve assumir uma tarefa conscientizadora, que visa formar o sujeito supostamente livre, emancipado, crítico, capaz de fazer escolhas segundo os códigos reguladores da conduta e dos comportamentos individuais e coletivos, ou seja, que sejam capazes de “bem agir”.

Esses discursos sobre gênero e sexualidade se apoiam também na formação discursiva religiosa formada por enunciados que tiveram suas condições de existência instituídas pelo cristianismo, que não criou uma nova moral sexual, pois esta já existia no mundo romano, mas trouxe para a história dessa moral sexual novas técnicas. Esses mecanismos de poder serviram/servem para sustentar a tríade monogamia, sexo procriativo e desqualificação do prazer sexual já existente no mundo romano. Foucault (1979) destaca o poder pastoral como um dos novos

mecanismos de poder introduzidos pelo cristianismo no mundo romano para valorizar as proibições que já eram conhecidas e aceitas na história da moral sexual.

Na analítica do poder empreendida por Foucault (1979), ele trata da governamentalidade. Estas técnicas apresentam duas dimensões de governo dos outros que se entrecruzam: uma dimensão política percebida nas técnicas de dominação exercidas sobre os outros e uma dimensão ética presente nas técnicas de si. De acordo com Candiottto (2008, p. 91), “Foucault quer mostrar que a governamentalidade abrange tanto as diferentes maneiras de governar os outros quanto as diversas modulações do governo de si mesmo”.

A noção de governamentalidade possibilita um entrecruzamento entre os três domínios foucaultianos (saber, poder e ética): a) a *microfísica do poder*, ligada às tecnologias políticas do corpo e à aplicação de técnicas disciplinares; b) as preocupações gerais da soberania política, direcionadas para a gestão das nações, populações e sociedades no quadro de relações institucionais; c) as estratégias estabelecidas para a direção e condução de indivíduos livres, fazendo equivaler as *práticas do eu* com as *práticas do governo* (RAMOS DO Ó, 2009).

Ao contrário da filosofia política clássica, que atribui um significado político e administrativo a governo, Foucault opta pelo sentido moral que significa a condução de condutas, num duplo aspecto, pois implica a atividade de conduzir condutas e a maneira de se conduzir (CANDIOTTO, 2008).

Esse sentido moral de governo teria feito emergir no Ocidente enquanto governo das almas, transformado, posteriormente, em governo das condutas para a saúde, segundo Foucault (1977). Os mecanismos de poder do governo das almas ou poder pastoral são estruturados pela religião, a qual “[...] remonta ao século IV da era cristã e se estende até o século XVIII, sofrendo reformulação significativa no século XVI, por ocasião da Reforma Protestante e da Contra-Reforma” (CANDIOTTO, 2008, p. 92).

Constituído no âmbito do cristianismo, o poder pastoral era um tipo de poder que se exercia sobre indivíduos e não sobre territórios, mas visava a todos e a cada um (*omnes et singulatim*), pois ao mesmo tempo que pretendia salvar cada uma das ovelhas, numa visão individualizante, o pastor deveria cuidar de todo o rebanho, numa visão totalizante.

Foucault (1988; 2008) aborda alguns temas específicos do poder pastoral para assinalar seu embate com o pensamento político grego e mostrar o reconhecimento desses temas, posteriormente, no pensamento cristão e nas instituições de educação, saúde, assistência social e justiça.

A emergência do poder pastoral se deu na sociedade hebraica, no Oriente, sendo expandido a partir de sua inserção no Ocidente pelo cristianismo e,

posteriormente, com a institucionalização do pastorado eclesiástico pela igreja cristã (GADELHA, 2009). Esse tipo de poder se multiplicou fora da igreja, sobretudo quando o Estado, a partir do século XVIII, passa a ser uma forma do poder pastoral. Entretanto, o objetivo dessa técnica de poder é alterado, pois, ao invés de conduzir o povo para a sua salvação no outro mundo, a *salvação* deveria ser um objetivo para a vida aqui na terra por meio de garantia de saúde, bem-estar, segurança, proteção contra acidentes, cuidado (FOUCAULT, 1995).

Nesse sentido, algumas instituições públicas ou privadas eram mobilizadas para garantir a salvação do rebanho, entre elas, a família, as escolas e os hospitais, o que possibilitou a constituição de uma função pastoral. Ao mobilizar as instituições, o poder pastoral teve seus agentes e objetivos multiplicados, pois precisava focalizar “[...] o desenvolvimento do conhecimento sobre o homem em torno de dois polos: um globalizador e quantitativo, concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo” (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Garcia (2002a), ao analisar a função pastoral das pedagogias críticas, evidencia seu caráter *salvacionista* que para ser alcançado exige uma modificação das consciências das pessoas, que para obter sua emancipação precisa engajar-se. As pedagogias críticas visam conduzir os indivíduos à autorreflexão para assumir a responsabilidade pela transformação do mundo, mas também almejam a construção de uma consciência coletiva em que o povo precisaria ser guiado e esclarecido pelos “guardiões da verdade” (QUICENO apud GARCIA, 2002a, p. 57), os intelectuais críticos.

Nos enunciados acima é possível observar o poder pastoral em ação no CSFX, tanto da formação discursiva pedagógico-crítica quanto pela formação discursiva religiosa, para justificar os três elementos da moral sexual mais recorrente nos discursos sobre gênero e sexualidade: monogamia, sexo procriativo e desqualificação do prazer sexual. Esses três elementos da moral sexual são enfatizados pelo poder pastoral posto em exercício tanto pelas pedagogias críticas quanto pelas religiões cristãs, aqui no caso a católica. Nos discursos críticos sobre o trabalho com gênero e sexualidade na escola, os indivíduos e os grupos aos quais eles pertencem, infância, adolescência e juventude, precisam ser conscientizados em relação ao seu corpo, a gênero e a sexualidade, para poder agir de forma “correta”, evitando a gravidez indesejada, sobretudo na adolescência.

Meyer, Klein e Andrade (2007), analisando a relação entre gênero, sexualidade e educação, afirmam que o advento da AIDS produziu diferentes impactos no tratamento das questões relacionadas a gênero e sexualidade. Nos enunciados abaixo percebemos o entrecruzamento desse conservadorismo a partir de formações discursivas pedagógicas e religiosas:

[...] o bispo colocou a seguinte coisa pra gente: não é que a igreja não quer que diga que a camisinha é o único método de evitar a *AIDS*, tá. Então ele dizia a seguinte coisa: pra preparar o aluno pra estar se preparando *pra hora certa da relação sexual*, usar os métodos que eles considerem, que a igreja considera correto, que seria a tabelinha, que seria, por exemplo, só com um parceiro pra não haver aquela questão de usar vários, de estar fazendo sexo com vários parceiros e aí vierem a pegar vários tipos de *doenças*, então evitar ficar trocando de parceiros, tá trabalhando essas questões com eles, *pra eles saberem a hora certa, quem é o parceiro correto*, se já é minha hora certa, então estar trabalhando essas questões com os alunos pra eles tarem refletindo e vê, será que eu já estou preparada pra esse momento? (ELIANA PROFESSORA DE AVC).

Os discursos médicos, pedagógicos e religiosos conservadores pretende instituir o sujeito consciente, amadurecido, capaz de controlar sua sexualidade e cuidar de seu próprio corpo. Foucault (1979), ao analisar os dispositivos de segurança, problematizou a questão da população, o que o conduziu à questão do governo, realizando uma relação entre segurança, população e governo.

Na enunciação acima podemos observar o poder pastoral contemporâneo em ação na escola, pois os docentes se colocam como aqueles que vão dizer “a verdade” aos adolescentes e jovens do CSFX sobre gênero e sexualidade, evidenciando a força dos regimes de verdade que constituem gênero e sexualidade nestes discursos.

Tais regimes de verdade não seguem regras universais e fixas, mas são constituídos historicamente a partir de regras de formações discursivas, tanto pedagógicas quanto religiosas. O discurso pedagógico-crítico, como uma formação discursiva, é atravessado por múltiplas relações de poder, que compõem forças para impor seus significados: são docentes, especialistas educacionais, psicopedagogos, administradores educacionais que lutam para definir o que constitui ser educado, ser crítico, consciente, emancipado (GARCIA, 2002b).

Na materialidade enunciativa do discurso sobre gênero e sexualidade notam-se também as marcas da formação discursiva religiosa que utiliza o poder pastoral como forma de controle das condutas dos sujeitos e dos grupos populacionais, neste caso, a juventude e a adolescência. O poder pastoral constitui a materialidade governamentalizadora dos discursos sobre gênero e sexualidade em que todas as prescrições, conselhos, orientações são justificadas como formas de proteger os meninos e as meninas de si mesmo, ou seja, das escolhas que não consideram os valores cristãos e cidadãos.

Como “[...] a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 113, grifos do autor), as escolhas realizadas pelos sujeitos, no caso específico desta pesquisa, em relação a gênero e sexualidade são reguladas por tais técnicas e princípios. Ou seja, os sujeitos, seguindo os princípios religiosos e as técnicas de prevenção, devem tomar decisões autônomas em relação ao “uso do corpo”, como é enunciado em muitos documentos do CSFX.

Nesse governo dos sujeitos enunciado nos discursos sobre gênero e sexualidade podemos observar os entrecruzamentos entre o poder pastoral da formação discursiva pedagógico-crítica e da formação discursiva religiosa mapeada na utilização de termos tais como compreensão, consciência, interesses, necessidades, liberdade, autonomia, amor, diálogo. Tais termos são utilizados na discussão sobre gênero e sexualidade mobilizada por preocupações de cunho biológico-reprodutivo: o aumento das estatísticas de gravidez na adolescência, a precocidade na iniciação sexual e o aumento do número de adolescentes e jovens com DSTs e AIDS.

Essas preocupações são justificadas por alarmes acionados por pesquisas quantitativas e demográficas, como as divulgadas pelo Censo do IBGE, e pela Unesco, inclusive a publicada em 2004 (CASTRO, 2004), a qual serviu de base para a construção do tema transversal Orientação Sexual dos PCN em 1997. Para Altmann (2005, p. 14), diante dos dados alarmantes dessas pesquisas, a escola é recorrentemente evocada como espaço ideal de intervenção e de implementação de programas de educação sexual, entre eles, a orientação sexual enquanto preocupação dos PCN. Nos enunciados sobre gênero e sexualidade, observamos que o CSFX investe no trabalho com o tema gênero e sexualidade, mobilizado também por essas preocupações, como se observa nos recortes enunciativos do Relato de Experiência do Projeto “Desmistificando a sexualidade em rodas de conversa”, do CSFX.

No mesmo Projeto, o objetivo geral traz os mesmos enunciados: Proporcionar discussões, reflexões e debates sobre Gravidez na adolescência, as DSTs e AIDS, sexualidade, sexo, preconceito, discriminação no espaço escolar. Essa justificativa elaborada para o Projeto “Desmistificando a sexualidade em rodas de conversa” destaca as questões apontadas por Altmann (2005) e pelo PCN de orientação sexual, o que conforma o trabalho relacionado a gênero e sexualidade a um discurso biológico-reprodutivo.

[...] no tema transversal orientação sexual (PCN) a sexualidade está prioritariamente vinculada ao conhecimento anátomo-fisio-

lógico dos sistemas reprodutores, ao uso dos métodos anticoncepcionais, aos mecanismos e à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids (RIBEIRO, 2007, p. 34).

Essa concepção biológica e reprodutiva reverbera na discursividade sobre gênero e sexualidade, no CSFX. A visão de um corpo biológico prepondera sobre a vida como processo de construção de seres históricos, culturais e sociais, por um lado. Mas, de outro, entra em composição, paradoxalmente, com práticas de socialização cultural, baseadas na categoria sexualidade, que é da ordem sócio-cultural.

A sexualidade analisada sob esse prisma biológico-reprodutivo não é considerada como um “dispositivo histórico” implicado em relações de saber-poder, pois a considera um dado apenas biológico com função reprodutiva, pautado na dimensão religiosa que valoriza a tríade monogamia, sexo procriativo e desqualificação do prazer sexual. Para Foucault, o dispositivo da sexualidade possui a função de organizar comportamentos, regular o sexo no casamento e na conjugalidade heterossexual. (FOUCAULT, 1988; 2008). Esse duplo controle do corpo e da população se exerce porque o dispositivo da sexualidade busca instaurar a verdade sobre o sexo, verdade esta entendida como construtora de normas para conduzir o próprio corpo.

Considerações finais

No CSFX, os docentes da disciplina AVC assumem a função pastoral em relação a gênero e sexualidade, pois estes agem como pastores na condução de suas ovelhas, melhor dizendo, na condução das condutas dos adolescentes e jovens em relação a gênero e sexualidade. Essa função pastoral adotada pelo cristianismo, única religião a se organizar como Igreja, “[...] postula o princípio de que certos indivíduos podem, por sua qualidade religiosa, servir a outros não como príncipes, magistrados, profetas, adivinhos, benfeitores e educadores, mas como pastores” (FOUCAULT, 1995, p. 237). Essa arte de governar baseada numa racionalidade que não está centralizada nos aparatos do Estado, e sim capilarizada e disseminada nas relações entre os pastores (educadores) e seu rebanho (os alunos).

O exercício da docência baseado nos discursos da pedagogia crítica no Brasil tem assumido uma função pastoral cuja tarefa é conscientizar os sujeitos, tornando-os esclarecidos, críticos, autoconscientes. Esse controle individualizante resulta em processos de constituição subjetiva pautadas no modo indivíduo de

ser, forjadas pelo poder pastoral, na minúcia do cotidiano das práticas educativas escolarizadas.

Nesse âmbito, a escola, sob a égide de instruções nacionais e internacionais constantemente aciona a biopolítica para a regulação mais ampla da população pelo currículo escolar, no ensino fundamental. Preocupações com gravidez precoce, sexo fora do casamento, aquisição de doenças sexualmente transmissíveis, violência juvenil, desemprego, uso de drogas, tráfico de drogas e atos infracionais cometidos por jovens vem sendo atravessadas pela categoria gênero e sexualidade.

Referências

ALTMANN, Helena. *Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola*. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CANDIOTTO, Cesar. Governo e direção de consciência em Foucault. *Natureza Humana*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 89-114, jul./dez. 2008.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Míriam; SILVA, Lorena B. da. *Juventude e sexualidade*. Brasília, DF: Unesco/MEC/Coordenação Nacional de DST/AIDS/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Instituto Airton Senna, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARCIA, Maria Manuela A. O intelectual educacional e o professor críticos: o pastorado das consciências. *Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 53-78, jul./dez. 2002a.

_____. *Pedagogias críticas e subjetivação: Uma perspectiva foucaultiana*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

MEYER, Dagmar E. E.; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos S. Sexualidade, prazeres e

vulnerabilidade: implicações educativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 219-239, dez. 2007.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-157, 2009.

RAMOS DO Ó, Jorge. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-117, maio/ago. 2009.

RIBEIRO, Paula R. C. *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Caderno Pedagógico Anos Iniciais. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

recebido em 04 mar. 2016 / aprovado em 06 abr. 2016

Para referenciar este texto:

BRÍCIO, V. N.; LEMOS F. C. S.; MAUÊS, J. Poder pastoral, disciplina e biopolítica: gênero e sexualidade em Aspectos da Vida Cidadã. *Dialogia*, São Paulo, n. 23, p. 113-123, jan./jun. 2016.